

MOVIMENTO DE ESTUDANTES E PROFESSORES NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO CURSO NORMAL SUPERIOR NO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO NO RIO DE JANEIRO E A SUA ADEQUAÇÃO EM CURSO DE PEDAGOGIA (Glória de M. Tonácio-CPII/UFRJ-FE e Cláudia L. Piccini-UFRJ-FE)

RESUMO: Esse texto tem por objetivo discutir o movimento de estudantes e professores no processo de criação do curso Normal Superior no Instituto Superior de Educação no Rio de Janeiro e a sua adequação em Curso de Pedagogia, a partir das categorias de GRAMSCI (2007) de *hegemonia* e *grande política/pequena política*. Para isso, tomou-se como empiria as observações realizadas na instituição no período de 2005 a 2009 e todo um vasto acervo de documentos. Com o estudo, demonstramos o histórico dos problemas vividos na IE, os percursos da luta política que se travou no interior da instituição, que culminou na elaboração de uma proposta de formação de professores a partir de um referencial marxista e a "experiência da derrota" que se materializou com a manutenção das condições de precarização da formação de professores na instituição, culminando com o acirramento do processo de exclusão dos alunos egressos do curso. Percebemos que a tentativa de encaminhar soluções pela via política e jurídica, mostrou-se incompatível, no âmbito de instituições a serviço do Estado.

Introdução

Neste texto, temos por objetivo discutir o movimento de estudantes e professores no processo de criação do curso Normal Superior (CNS) no ISERJ¹/FAETEC²/SECT-RJ³ a partir do advento da nova *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (Lei N° 9394, de 20 de dezembro de 1996-LDB) e a sua adequação em Curso de Pedagogia com a instituição das *Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia/DCNs-Pedagogia* (promulgadas pelo Parecer CNE/CP N°5, de 13/12/2005 e instituídas pela Resolução CNE/CP N°1, de 15/05/2006). Para isso, como empiria, utilizamo-nos principalmente de observações realizadas dentro e fora da instituição e de ampla pesquisa documental - panfletos, cartazes, manifestos, cartas públicas, jornais, dentre outros - realizada no período de 2005 a 2009.

São categorias desse estudo as de *hegemonia* e *grande política/pequena política* desenvolvidas por GRAMSCI (2007). Apresentamos um histórico dos problemas vividos na IE, os percursos da luta política que se travou no interior da instituição, que culminou na elaboração de uma proposta de formação de professores a partir de um referencial marxista, e a "experiência da derrota"⁴ materializada com a manutenção das condições de precarização da formação de professores na instituição, culminando com o acirramento do processo de exclusão dos alunos egressos do curso e de vários

¹ Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro.

² Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro.

³ Secretaria de Ciência e Tecnologia, do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

⁴ Essa concepção é decorrente de estudos anteriores sobre a instituição. Cf. PICCININI E NEVES (2010).

professores concursados para o Ensino Superior. Concluímos que tentativa de encaminhar soluções pela via política e jurídica, mostrou-se incompatível, no âmbito de instituições a serviço do Estado.

Contextualização e fundamentação teórica

A Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT), de viés tecnológico, foi criada em 10 de junho de 1997. Com sua criação, os professores da Secretaria Estadual de Educação (SEE) se mantiveram como cedidos à Rede FAETEC, situação que perdurou até junho de 2010, com a transferência de cargos da estrutura da Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC para a FAETEC/SECT-RJ⁵.

A promulgação da nova *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB-Lei Nº 9394/96), através do art. 63, permitiu a criação dos Institutos Superiores de Educação (ISEs) da Rede FAETEC, no período de 1998 a 2005, através de decretos⁶ acordados em gabinetes governamentais, durante os Governos de Marcelo Allencar, de Anthony Garotinho e de Rosinha Garotinho. Foi nesse contexto que, em 1999, a FAETEC produziu o início de um Curso Normal Superior (CNS) no ISERJ com professores transferidos do Ensino Fundamental (1º e 2º segmentos) e Médio, advindos da Secretaria Estadual de Educação e da Secretaria de Ciência e Tecnologia⁷.

Em 2000 e 2001, ocorreu a entrada de mais professores no CNS/ISERJ/SECT-RJ, também transferidos de nível e/ou secretaria, conforme pode ser visualizado em pareceres⁸ e em relatórios apresentados por uma Comissão Especial de Avaliação

⁵ Com a Lei Estadual Nº 5766, de 29 de junho de 2010.

⁶ O ISERJ foi criado, através do Decreto Nº 24.338, de 3/06/98; em 2001, no norte fluminense, o ISE de Santo Antônio de Pádua (Decreto Nº 28.420, de 23/05/01); o ISE de Itaperuna (Decreto Nº 28.739, de 03/07/01), o Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert- ISEPAM (Decreto Nº 28.947 de 14/08/01), em Campos dos Goytacazes, o ISE de Bom Jesus do Itabapoana (Decreto Nº 30.302, de 26/12/01); no centro-sul do Rio de Janeiro, o ISE de Três Rios (Decreto Nº 30.303 de 26/12/01); e no ano de 2005, foi criado, no município do Rio de Janeiro, o ISE da Zona Oeste (Decreto Nº 37.100, de 18/03/05).

⁷ O Parecer CEE Nº 258/98, de 15 de outubro de 1998, autorizou o funcionamento do Curso Normal Superior (CNS) no ISERJ, tendo o seu funcionamento efetivo a partir de 31 de maio de 1999. Somente seis anos depois, o curso foi reconhecido, pelo prazo de 2 anos, através do Parecer CEE Nº 200/2004. Inicialmente, o quadro de docentes para atuar no Curso Normal Superior do ISERJ foi constituído por professores da própria instituição (o Instituto de Educação do Rio de Janeiro-IERJ), oriundos, principalmente, do Curso Normal Médio. Anteriormente, o IERJ pertencia à Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro e muitos professores que ali estavam, em qualquer nível de ensino, foram convidados para compor o quadro docente do Curso Normal Superior. Posteriormente, o mesmo aconteceu com os professores originários de concursos, realizados pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, para o Ensino Médio e Fundamental da Rede FAETEC.

⁸ Como o Parecer 1008, de 10 de dezembro de 1999, em que foram acrescentados 14 novos professores à extensa relação de docentes que atuavam no CNS/ISERJ.

Externa instituída pela SECT⁹. Tais documentos apontaram vários problemas quanto ao Projeto Acadêmico do Curso e sua organização administrativa, que até os dias atuais não foram resolvidos, como: a inexistência de condições para instalação de pesquisa, de Plano de Cargos e Salários específico para o Ensino Superior e problemas em seu currículo (dentre eles, a sobreposição de disciplinas). Esse processo de institucionalização dos Institutos Superiores da rede FAETEC/SECT-RJ e de organização de seus cursos, em especial o CNS/ISERJ/SECT-RJ ocorreu de forma precária e desorganizada, sem a participação dos movimentos sindicais ligados aos profissionais em educação do Estado do Rio de Janeiro e sem consulta pública à comunidade acadêmica.

Em contrapartida, a partir das novas *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia* e da Deliberação CEE Nº 298/06¹⁰, estabeleceu-se o prazo de um ano a contar da expedição das DCNs, ou seja, até maio de 2007, para a adequação dos projetos pedagógicos dos Cursos de Pedagogia e Normal Superior às novas Diretrizes. Com isso, o Curso de Pedagogia passou a destinar-se à formação de professores para a Educação Infantil, para os anos iniciais do Ensino Fundamental e para a docência no curso Normal Médio; e a outras áreas escolares e extra-escolares (apoio escolar, atividades de organização e gestão educacional, dentre outras).

Nesse percurso, foram extintos os Cursos Normais Superiores em todo o estado do Rio de Janeiro e determinou-se a transformação imediata dos mesmos em Pedagogia (Deliberação CEE Nº 309/07). A partir desses documentos, em 2007, a FAETEC/SECT-RJ estabeleceu a transformação de todos os Cursos Normais Superiores da Rede FAETEC em Pedagogia ou a sua extinção¹¹, como uma saída emergencial ao caos estabelecido nos ISEs/FAETEC, como a não diplomação de cerca de 2.000 alunos¹². Em maio de 2008, foi publicizado o Parecer CEE Nº 021, de 19/02/2008, no

⁹ Cf. relatório da Comissão Especial de Avaliação Externa do CNS/ISERJ, de abril de 2001, instituída pela SECT; Parecer CEE 544/2002; Relatório da Comissão Verificadora para reconhecimento do Curso Normal Superior do ISERJ (CEE, dezembro de 2003); Parecer CEE 228/2005, dentre outros.

¹⁰ Em 18 de julho 2006, estabelece normas para o cumprimento da Resolução CNE/CP Nº 01/06, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação de Pedagogia, Licenciatura.

¹¹ Cf. OFÍCIO FAETEC/DESUP Nº 9, DE 30 DE JANEIRO DE 2007; CI FAETEC/DESUP 094, 16/04/07.

¹² Conforme uma das Audiências Públicas, realizada na Comissão de Educação da ALERJ e publicada em D.O do Estado do Rio de Janeiro de 23 de agosto de 2007, são mais de 2000 alunos do Ensino Superior da Rede FAETEC que não conseguem a expedição de seus diplomas, devido às irregularidades dos cursos. Apontamos ainda que somente parte da primeira turma do CNS/ISERJ/SECT-RJ, formada em 2002, teve seus diplomas expedidos 5 anos após a conclusão, em 2008/2009. As outras permanecem sem comprovação de conclusão. Além disso, o único Curso Normal Superior da Rede FAETEC/SECT-RJ (o CNS/ISERJ) que obtinha autorização e reconhecimento do CEE-RJ; ficou em vacância, a partir de

qual reconhece[u], com a finalidade de diplomação dos alunos nele matriculados até a presente data, o Curso Normal Superior do Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro (ISERJ) [grifo meu] (RIO DE JANEIRO, 2008, s.p) . Esse texto do parecer homologou a extinção do CNS/ISERJ/SECT-RJ. Apesar das críticas no meio acadêmico sobre a precarização e a flexibilização do trabalho docente, através de uma múltipla formação (KUENZER & RODRIGUES, 2006; LIBÂNEO, 2006; FRANCO et al., 2007), as DCNs - Pedagogia (2005-2006) ecoaram, então, para os alunos do CNS/ISERJ/FAETEC/SECT-RJ como uma saída possível, ainda que precária, para o maior problema enfrentado pelo curso e sua instituição: a não certificação de seus alunos no tempo devido.

A partir disso, o corpo docente de professores concursados para o Ensino Superior do ISERJ- admitidos em agosto de 2005, do qual fizemos parte até 2009- coordenou a construção de uma proposta orgânica para o curso, intitulada: *Proposta Curricular para o curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro*. A escrita desse documento decorreu das discussões e reflexões produzidas em debates e seminários, realizados na instituição e coordenados pelo *Laboratório de Estudos Marxismo e Educação*¹³ (LEME/FAETEC/SECT-RJ), priorizando discussões sobre as DCNs-Pedagogia, realizados no segundo semestre de 2006 e no primeiro de 2007, com a participação de alunos, professores de toda a instituição e professores convidados.

Nessas atividades realizadas, as discussões avançaram para o debate em torno da formação profissional e sua conseqüente preparação para o mundo do trabalho, protagonizada pelo atual sistema sócio-político e econômico. Neste sentido, caracterizou-se que as mudanças tecnológicas e as transformações econômicas na base sócio-econômica do capital e nos respectivos processos de trabalho, mais especificamente na divisão social do trabalho, vêm exigindo um novo posicionamento para o seu enfrentamento na contemporânea configuração do mundo capitalista,

setembro de 2006, visto que o não cumprimento das exigências dos documentos e pareceres das comissões verificadores SECT-RJ e do CEE-RJ, resultou na não renovação do reconhecimento do curso até 2008.

¹³ Tal laboratório foi financiado pela FAPERJ no biênio 2008-2009. Foi composto originalmente por professores-pesquisadores do ISERJ/FAETEC/SECT-RJ e de professores-colaboradores de outras instituições como: UERJ e UFF. O LEME/FAETEC/SECT-RJ foi formado a partir das discussões iniciadas pelo GURI/ISERJ/FAETEC/SECT-RJ (*Grupo de Pesquisa Relações Interculturais na Formação de Professores*) em 2006, constituído pelo mesmo grupo de professores concursados para o Ensino Superior da FAETEC, que compunha o LEME/FAETEC/SECT-RJ. A proposta de trabalho visou, através de uma orientação teórico-metodológico de cunho marxista, a problematização das relações entre as produções econômicas/sociais e a Educação. De fato, constituímos-nos em um grupo de professores, que buscou, através de lutas políticas e estudos, melhores condições de trabalho e de formação no Ensino Superior do ISERJ.

inclusive a partir das diferentes formações acadêmico-profissionais, balizadas em um conjunto de saberes, capitaneado pelos detentores do capital, conhecidos pelo binômio: *habilidades e competências*.

Foi a partir desse quadro que discutimos o projeto pedagógico em questão. Partindo do pressuposto de que vivemos em uma sociedade capitalista, tomamos como categoria central das reflexões e ações desse projeto, a *sociedade de classes*. A tradição de Marx, de crítica ao capital, ganhou temas e interpretações distintas, porém, pode-se afirmar que todos os marxismos têm em comum um traço que julgamos necessário ressaltar – a crítica à sociedade liberal e ao que dela resulta em termos da sociabilidade e da individualidade. Desse modo, *a fundamentação teórica da proposta de formação de pedagogos do ISERJ est[ave] baseada em categorias marxistas, especialmente nas discussões sobre a análise do mundo capitalista por meio de categorias como “TRABALHO” e “TOTALIDADE SOCIAL”* (RIO DE JANEIRO, 2007, p.12).

Os principais pontos do projeto, que produziram uma maior polêmica se referiam a duas questões: i) como viabilizar um referencial teórico-metodológico de cunho marxista para o novo curso de Pedagogia em uma instituição, mantida por uma mantenedora de ensino profissionalizante, em um viés de rápida formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho; ii) a indicação de professores para atuarem nesse novo curso de Pedagogia, apenas por concurso público. Os pontos de convergência e divergência foram discutidos e votados em assembleias, tendo como princípios a votação paritária de alunos e professores realizadas e referendadas pelo Conselho Acadêmico da época, em abril de 2007.

Apesar da sua aprovação, tal projeto não teve a sua tramitação burocrática concluída, encontrando-se arquivado no Departamento de Ensino Superior-DESUP da FAETEC/RJ, sob o argumento de que não cumpria as exigências feitas pelas DCNs-Pedagogia. Todavia, em 30 de novembro de 2007, ao obedecer a uma exigência da FAETEC de encaminhamento de uma Proposta de Curso de Pedagogia, o recém formado Conselho/Câmara Acadêmica de Ensino Superior, junto ao Conselho Diretor do ISERJ, enviou ao CEE/RJ, com a permissão da FAETEC/SECT-RJ e de sua Diretoria de Ensino Superior, um pedido da Direção Geral¹⁴ do ISERJ/SECT-RJ de adaptação curricular das disciplinas do CNS/ISERJ/SECT-RJ para um Curso de

¹⁴ A direção geral era (e ainda é) ocupada por professora desviada de função no Ensino Superior da instituição. Originalmente, a professora realizou concurso para a Educação Básica, em 1986. Todavia, a partir de 1998 passou a constituir o corpo docente do ensino superior do ISERJ/SECT-RJ, sem concurso público.

Pedagogia, com o mesmo projeto político-pedagógico do CNS/ISERJ/SECT-RJ, desconsiderando a proposta votada e aprovada, anteriormente, em abril de 2007.

É importante salientar que, existem evidências em análises do material de pesquisa (legislação, pareceres e resoluções vigentes na esfera federal e estadual, reportagens de jornais, atas da ALERJ, panfletos, cartazes, escritos veiculados por alunos e/ ou professores, manifestos, cartas públicas, jornais de alunos, processos, inquéritos administrativos, judiciais, relatórios, dentre outros) de que a permanência de um grande contingente de docentes desviados de função (da Educação Básica da SEE-RJ e SECT-RJ para o Ensino Superior da FAETEC/SECT-RJ) e de que a inserção precária de concluintes em atividades com alguma remuneração, apesar da falta de certificação (como contratos precários na própria instituição por empresas terceirizadas ou em escolas privadas) se devem a relações patrimoniais estabelecidas entre os referidos professores desviados de função e algumas frentes partidárias da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) e/ou do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que possuem influência e interesses particulares no ISERJ/FAETEC/SECT-RJ.

Nesse sentido, os conceitos de *ideologia* e *hegemonia* nos auxiliaram a avaliar na perspectiva sócio-histórica, o processo de articulação política das classes, em torno dos seus projetos e lutas. Revelaram as críticas e submissões de uma determinada classe em relação a outras formas de racionalidades e, conseqüentemente, o processo de consciência desta classe permite-nos compreender a história como um campo de possibilidades, espaço onde a hegemonia de uma classe é construída, mantida ou negada.

A categoria de *hegemonia* produzida por Gramsci é, então, de fundamental importância para a compreensão da *ideologia*, pois se a última se refere à visão de mundo, a primeira se refere à construção desta visão e a sua realização. CARDOSO (1978) chama a atenção para o fato de que a hegemonia *é um conceito do entendimento da ideologia que conduz diretamente à relação de classes, ou seja, é o conceito da relação entre as relações da ideologia, por um lado, e as relações de classe, por outro* (IBID, 1978, p. 74). Para Gramsci, a dominação ideológica é a subordinação intelectual: *as classes dominantes podem, pela direção que imprimem à sociedade, conservar a unidade ideológica de todo o bloco social que está cimentado e unificado pela ideologia dominante* (MOCHCOVITCH, 1990, p.14).

GRAMSCI (2007/1932-1933) salientou, também, a produção de uma *hegemonia* como complemento do Estado-força e como forma atual da doutrina da revolução

permanente em uma *outra hegemonia* pelos trabalhadores. Assim, o desenvolvimento do conceito de sociedade civil por Gramsci é, também, resultante da compreensão do autor a respeito da importância dos mecanismos de produção de hábitos de comportamento, valores e modos de pensar e agir a realidade para a estruturação do poder nas sociedades modernas. Ressaltou, ainda, a capacidade da classe dominante, através da *hegemonia*, em obter e manter o poder sobre a sociedade, principalmente pelo controle sobre os meios de produção e sobre os instrumentos de repressão, mas, principalmente, pela produção e organização de um consenso e de direção política, intelectual e moral. Com isso, *a hegemonia torna-se, ao mesmo tempo, direção ideológico-política da sociedade civil e combinação de força de consenso para obter o controle social* (ACANDA, 2006, p.178). Nas palavras de GRAMSCI (2007),

O exercício da hegemonia (...) se caracteriza por uma combinação de força e consenso, que se equilibram de diferentes maneiras, sem que a força predomine demais sobre o consenso e buscando que a força apareça apoiada na aprovação da maioria, expressa por meio dos chamados órgãos de opinião pública. (IBID, 2007, p.1638)

Assim, como salienta ACANDA (2006), a resposta para a direção política que o Estado exerce na sociedade não deve ser procurada, apenas, nas instituições governamentais oficiais, mas nas diversas formas de organizações “privadas” (meios de comunicações, dentre outros), que controlam e dirigem a sociedade civil. Isto porque, é justamente no tecido multifacetado das relações econômicas, familiares, escolares, artísticas, morais, dentre outros, que os indivíduos adquirem as ideias, normas e valores que formam sua atitude diante da vida e que conferem sentido aos diversos fenômenos sociais, com os quais interagem e que os levam a aceitá-los e a entendê-los como legítimos ou naturais ou, ainda, a rejeitá-los.

O uso da coerção absoluta por instituições repressivas (como no caso de um golpe de Estado) não é uma opção viável para a manutenção do poder por um longo período de tempo. É preciso uma organização ativa do consenso dos dominados (ainda que de forma passiva) pela classe dominante. Nesse sentido, o Estado é, então, a combinação, de diversos modos, de momentos de consenso e de momentos de força. GRAMSCI (2007) resume: *pode dizer-se (...) que Estado=sociedade política+sociedade civil, ou seja, hegemonia revestida de coerção* (IBID, 2007, p.291).

É nessa perspectiva que temos pesquisado os processos hegemônicos produzidos pela classe dominante, com a utilização do Estado e de sua força coercitiva (leis, decretos, despachos, processos administrativos e/ou burocráticos) e de processos hegemônicos que envolvem a persuasão pela sociedade civil (reportagens, sites,

propagandas, dentre outros), *constituída por uma complexa rede dos elementos ideológicos, em função dos quais a classe dominante exerce a sua direção intelectual e moral sobre a sociedade* (MOCHCOVITCH, 1990, p. 32).

É preciso, no entanto, levar em conta que o Estado, em sentido estrito, exerce igualmente funções ideológicas, principalmente através de documentos ligados às propostas e reformas educacionais, muito relevantes para a hegemonia. Por outro lado, se na sociedade civil prevalece a hegemonia, nela também existe a coerção. Ocorre, então, uma interpenetração das esferas da sociedade política e da sociedade civil (PIOTTE, 1975 apud MOCHCOVITCH, 1990, p.32-33). Desse modo, temos investigado os processos que visam a construção de uma *outra hegemonia* baseada na emancipação da classe trabalhadora e na transformação social.

As análises da empiria da pesquisa levam-nos a formular que, os processos ocorridos no ISERJ/FAETEC/SECT-RJ, desde o processo de criação do seu curso Normal Superior e a na sua adequação em Curso de Pedagogia, fazem parte das condições econômicas - a *estrutura* - (GRAMSCI, v.3 2007, apud MARX1977/1859) em que foram implementados os Institutos Superiores de Educação (ISEs) no Brasil durante a década de 1990. Isto porque, a promulgação da LDB de 1996 foi realizada no bojo das reformas educacionais do ensino superior e da formação docente brasileira. Tais reformas foram inseridas em um projeto político implementado em toda a América Latina, através de organismos financeiros internacionais (como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional-FMI) pelas frações burguesas locais dominantes, visando conter as crises inerentes ao capitalismo, traduzidas no campo educacional pelos altos índices de evasão e repetência de alunos oriundos da classe trabalhadora no decorrer do Ensino Fundamental.

Esse modelo de ensino superior baseado em uma subformação da classe trabalhadora e em um modelo de precarização e flexibilização de formação e trabalho docente (aí também inseridos os docentes do ensino superior) propiciou o aprofundamento dos processos de acumulação do capital produzidos nos moldes do *capitalismo dependente*¹⁵ (FERNANDES, 1968; 1985). Nossa suposição é a de que, a

¹⁵ Florestan Fernandes explica o *capitalismo dependente* como *forma periférica e dependente do capitalismo monopolista (o que associa inexorável e inextricavelmente as formas 'nacionais' e 'estrangeiras' do capital financeiro)* (FERNANDES, 1985, p.50). Portanto, desenvolvimento e dependência não são excludentes: *a solução dentro da ordem só poderia vir de uma aceleração substancial do desenvolvimento econômico* (FERNANDES, 1968, p. 80). Desse modo, a burguesia local se associou à internacional, a fim da garantia e manutenção de seus interesses, assim como controlou a

manutenção desse padrão de capitalismo e desse modelo de formação docente tem sido garantida, na *superestrutura* (GRAMSCI, v.3 2007 apud MARX1977/1859), pela busca da elevação dos índices de ensino e a ampliação do mercado de trabalho¹⁶. Desse modo, esses processos são garantidos, no plano ideológico, por uma *ideologia da globalização*¹⁷, baseada em processos hegemônicos de ampliação do mercado de trabalho e da empregabilidade para a classe trabalhadora, através de uma maior acessibilidade ao ensino superior.

Desse modo, o que tem ocorrido no nível conjuntural é a efetivação desses processos em práticas instauradas em instituições como o ISERJ, que tem produzido um movimento contraditório que aponta, por um lado, para processos hegemônicos que visam a perpetuação da ordem vigente, traduzidos em práticas que buscam a garantia de pequenos privilégios financeiros e pessoais, baseados em relações patrimoniais e privatistas, asseguradas em processos de ressignificação da legislação e das políticas públicas e; por outro, processos hegemônicos de luta pela produção de uma *outra* formação docente, a partir da consciência e crítica à realidade social, para além do capitalismo e a garantia da socialização da educação por relações sociais, que garantam o bem público, ainda que na ordem burguesa.

Conclusão

Ao analisar o movimento de estudantes e professores no processo de criação do curso Normal Superior (CNS) no ISERJ/FAETEC/SECT-RJ e a sua adequação em Curso de Pedagogia percebemos que os processos de enfrentamento promovidos não obtiveram a resposta esperada: a instauração de um curso de Pedagogia com base em uma concepção marxista, visando a contribuição na construção de uma *outra hegemonia* dos trabalhadores. Ocorreu, então, uma “derrota” nos processos hegemônicos de luta pela produção de uma *outra* formação docente, consciência e realidade social, para além do capitalismo. Nesse sentido, verificamos, ainda, que a tomada dos espaços dos aparelhos de hegemonia do Estado como única ou melhor saída para os problemas

participação popular, a fim do impedimento da construção de uma revolução contra a sua ordem, ou seja, *fora da ordem*. (Fernandes, 1981; 1981a)

¹⁶ Plano de Ação Educação Para Todos. JOMTIEN, TAILÂNDIA (1990).

¹⁷ A globalização é compreendida nessa pesquisa não como uma possibilidade de relações sociais de cunho planetário, que favoreça o intercâmbio de conhecimentos e produções de forma equitativa, mas como uma ideologia necessária à legitimação do capitalismo dependente- conceituado como uma forma específica da expansão internacional do capital, ou seja, como parte capitalista dependente do capitalismo monopolista em expansão- e sua expropriação (CARDOSO, 2005; 2008). Assim, é possível, a partir do discurso da transnacionalização do capital, que os grupos econômicos dominantes, com base nos países inseridos no núcleo orgânico-central do capitalismo, passem a expandir suas atividades de produção e investimento pelo planeta, consistindo, a atual fase de acumulação, em um processo de mundialização financeira do capital.

elencados na educação, que compreendemos não ocorrentes somente no interior do ISERJ, mas sim na educação como um todo, demonstrou-se como inadequada naquele momento.

Por outro lado, tomando a ideia de Gramsci de *grande política* (alta política), ligada às *estruturas orgânicas econômico-sociais* e de *pequena política* (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas), relacionada às *questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política* (GRAMSCI, 2007, p.21), podemos afirmar que no ISERJ tem ocorrido uma *grande política*, já que as relações sociais e movimentos políticos *exclu[em] a grande política do âmbito interno da vida estatal, reduzindo tudo a pequena política*. (IBID, 2007, p. 21).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.
- _____. Parecer CNE/CP nº 5, de 13 de dezembro de 2005.
- _____. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro . **Capitalismo dependente, Autocracia burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes**. Disponível em <http://www.iea.usp.br/iea/artigos/limoeirocardosoflorestan1.pdf>. Acesso em 09 de junho de 2008.
- _____. Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, Osmar (org.). **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas: Autores Associados; Niterói: Editora da universidade Federal Fluminense, 2005.
- FERNANDES, Florestan . **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981[1972].
- _____. **Nova República?** . Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- _____. **O que é revolução**. São Paulo: Brasiliense: 1981a.
- _____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro; LIBANEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Elementos para a formulação de diretrizes curriculares para cursos de pedagogia. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 130, janeiro-abril 2007.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, v.1-5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- KUENZER, Acácia Zeneida & RODRIGUES, Marli de Fátima. **As diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia**: uma expressão da epistemologia da prática. In: Anais do XIII ENDIPE, 2006. Pernambuco: ENDIPE, 2006.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Diretrizes curriculares da pedagogia- um adeus à pedagogia e aos pedagogos?** . In: Anais do XIII ENDIPE, 2006. Pernambuco: ENDIPE, 2006.
- MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1990.
- PICCININI, Cláudia.L. e NEVES, Rosa Maria C. Experiência da derrota e auto-crítica: ações, indagações e apontamentos teóricos a partir da constituição de um laboratório em ciências humanas de inspiração marxista. **Revista Ambiente e Educação**. FURG, 2010. (NO PRELO)
- RIO DE JANEIRO. Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. D.O do Estado do Rio de Janeiro, de 23 de agosto de 2007.
- _____. COMISSÃO DE ELABORAÇÃO CURRICULAR. **Proposta Curricular para o Curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro**. Governo do Estado do Rio de Janeiro/SECT/FAETEC. Abril de 2007. mimeo.
- _____. Decreto nº 24338, de 03 de junho de 1998.
- _____. Decreto nº 28420, de 23 de maio de 2001.

- _____. Decreto nº 28739, de 03 de julho 2001.
- _____. Decreto nº 28947 de 14 de agosto de 2001.
- _____. Decreto nº 30302, de 26 de dezembro de 2001.
- _____. Decreto nº 30303, de 26 de dezembro de 2001.
- _____. Decreto nº 37100, de 18 de março de 2005.
- _____. Deliberação CEE/RJ nº 298, de 18 de julho de 2006.
- _____. Deliberação CEE/RJ nº 309/07.
- _____. Lei Complementar Nº 5766, de 29 de junho de 2010.
- _____. Parecer CEE/RJ nº 258, de 15 de outubro de 1998.
- _____. Parecer CEE/RJ nº 1008, de 10 de outubro de 1998.
- _____. Parecer CEE/RJ nº 544, de 16 de abril de 2002.
- _____. Parecer CEE/RJ nº 200, de 20 de setembro de 2004.
- _____. Parecer CEE/RJ nº 228, de 08 de novembro de 2005.
- _____. Parecer CEE/RJ nº 021, de 19 de fevereiro de 2008. D.O. do Estado do Rio de Janeiro, de 29 de abril de 2008.
- _____. SECT/FAETEC. CI FAETEC/DESUP nº 094, de 16 de abril de 2007.
- _____. SECT/FAETEC. OFÍCIO FAETEC/DESUP nº 9, de 30 de janeiro de 2007.
- _____. **Relatório da Comissão Verificadora para reconhecimento do Curso Normal Superior**, de junho de 2001.
- _____. **Relatório da Comissão Verificadora para reconhecimento do Curso Normal Superior**, de maio de 2003
- UNESCO/BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem-Jomtien, 1990. Conferência Mundial de Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. (Jomtien, Tailândia, 5 a 9 de março de 1990).
- UNESCO,1998.<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em 29 de setembro de 2007.